

Conflitos velados e desvelados na articulação da política com a estética

Veiled and unveiled conflicts in the articulation of politics with aesthetics

Conflictos velados y descubiertos en la articulación de la política con la estética

Kati Caetano³⁴.

Resumo

O artigo discute os conflitos de co-existência sob a ótica de um (des)acordo articulado à "partilha do sensível" e as estratégias enunciativas de sensibilização voltadas ao reconhecimento da subjetivação política.

Palavras-chave

Subjetivação política, estética, muros. "Roma" (Alfonso Cuarón).

Resumen

El artículo discute los conflictos de convivencia como un (des) acuerdo articulado al "reparto de lo sensible" y las estrategias enunciativas de sensibilización dirigidas al reconocimiento de la subjetivación política.

Palabras-clave

³⁴ Kati Caetano (Brasil). E-mail katicaetano@hotmail.com ORCID. 0000-0002-6744-180X. Professora titular do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Linguagens, Universidade Tuiuti do Paraná - UTP/Brasil. Doutora em Letras pela Universidade de São Paulo, com pós-doutorado em Semiótica (EHSS, Paris; Université de Limoges) e Linguística (École Normale Supérieure de Lyon; Université Paris VII). Professora titular aposentada da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, onde atuou como responsável pelas disciplinas de Linguística em Letras e no Curso de Comunicação Social, Jornalismo até 1995. Coordenadora de Pesquisa da UTP de 1996 a 1997; Pró-Reitora de Pós-Graduação de Pesquisa, Ensino e Extensão de 1997 a 1998 e criadora do Mestrado em Linguagens e Comunicação, aprovado pela CAPES em 1999, e sua coordenadora até 2003. Líder do Grupo de Pesquisa interações Comunicacionais, Imagens, Cultura Digital - INCOM/CNPQ/UTP. Autora dos livros Literatura e sociedade: a prática da análise de discursos; Imagens à deriva (co-autoria com Eduardo Peñuela Cañizal); Curitiba: do modelo à modelagem (co-autoria com Lucrécia D'Alessio Ferrara e Fábio Duarte), além de diversos capítulos de livros e artigos em revistas científicas. Coordenadora institucional de Projeto de Pesquisa em parceria da UTP com a Université Lumière Lyon 2, no âmbito do projeto internacional Journalisme à l'heure du numérique – JADN.

Subjetivación política, estética, muros, "Roma" (Alfonso Cuarón).

Abstract

The article discusses the conflicts of coexistence as an (dis) agreement articulated to the "redistribution of the sensible" and the enunciative strategies of sensibilization to the recognition of political subjectivation.

Key words

Political subjectivation, aesthetics, walls. "Roma" (Alfonso Cuarón).

Introdução

O foco neste trabalho é discutir a questão do acordo e desacordo em sua articulação com a política e a "partilha do sensível", com base no princípio de que ambas estão vinculadas à racionalidade da situação de fala³⁵. Acordo ou desacordo, consenso/dissenso, entendimento/desentendimento são categorias empregadas aqui em sentidos similares porque comportam o eixo comum de um conflito exposto semioticamente. Elas não dizem respeito apenas às palavras, aos discursos, mas também à situação dos que falam/se exprimem, ao seu reconhecimento como sujeitos semióticos dotados de uma corporalidade que têm lugar e movimento no mundo. Desse ponto de vista, o desentendimento se ancora politicamente sobre um consenso necessário e, em geral litigioso, que é o de reconhecer, ou não reconhecer, a capacidade (poder de fala) a "uma parte dos que não têm parte", segundo expressão de Jacques Rancière (2018a; 2018b), portanto a tê-los na conta dos que "são" ou "não são". Essa com-preensão da distribuição desigualitária dos corpos e do domínio de fala, entendida como uma capacidade para o *logos* e não apenas para a emissão de vozes, estabelece de partida, e paradoxalmente, um comum de uma comunidade de litígio. Nesses termos, todo agir político implica tanto o reconhecimento quanto o rompimento desse conflito inicial na medida em que deve "desnaturalizar" uma ordem do viver junto baseado em lugares e funções próprios a cada parte, ou seja, deve revelar o caráter contingente da ordem social de atores discursivos peritos ou competentes. Como

³⁵ Consideramos fala em sentido amplo, como expressão de manifestações verbais e não-verbais, portanto como ato comunicativo constituído por linguagens de diferentes naturezas.

explica Rancière, essa ordenação das coisas se ampara na ideia de um comum dos sujeitos sociais ancorada na dimensão de um sensível que determina, de forma contingente, o que se dá a sentir:

Existe portanto, na base da política, uma 'estética' que não tem nada a ver com a 'estetização da política' própria à era da massas, de que fala Benjamin./.../ É um recorte dos tempos e dos espaços, do visível e do invisível, da palavra e do ruído que define ao mesmo tempo o lugar e o que está em jogo na política como forma de experiência. A política ocupa-se do que se vê e do que se pode dizer sobre o que é visto, de quem tem competência para ver e qualidade para dizer, das propriedades do espaço e dos possíveis do tempo. (Rancière, 2005, p. 16-17).

Merece destaque no seu pensamento a distinção entre duas lógicas: a do agir político, que inscreve o reconhecimento desse dano social, instituindo uma comunidade do desentendimento, e a da ação policial que configura uma suposta harmonia da distribuição dos corpos e dos lugares discursivos segundo identificações distintas. Consideramos policial para além de dispositivos específicos do aparelho de estado, concebendo-o como já acentuou Foucault, em sua presença nas práticas intersubjetivas em geral, o que o caracteriza como um componente necessário da dimensão política. Todo agir político, que visa a romper com a distância entre o que é falar e quem é competente para a fala, está também atravessado por ações policiais, podendo, inclusive, subverter a própria ordem estabelecida pelos aparatos de Estado e por um sistema jurídico.

Dito isso, compreende-se que o dissenso tem como base um consenso a ser superado para que o debate se institua não necessariamente como um acordo de interesses (mera discussão e disputa de interesses) ou por decisões judiciais, mas justamente como um litígio no qual se reconheça “a existência das partes como

partes, a existência de uma relação que as constitui como tais” (Rancière, 2018a, p. 39). Nesse sentido, a estética como partilha desse comum é condição inerente da política, para que esta se afirme como a forma possível de subjetivação de todos, pois, como postula Hannah Arendt, a política "trata del estar juntos y los unos con los otros de los *diversos*" (1997), e, conforme explica Cabrera, o poder, como o define a autora, é "el espacio de aparición en el que una pluralidad de seres diversos es capaz de hablar y actuar conjuntamente" (2010).

Não há, assim, acordo propício, político e estético, fora desse cenário que é por si estruturado sobre o reconhecimento da legitimidade do dissenso. A discussão política, nesses termos, “indaga quem tem direito a proferir um discurso portador de sentido” (Ribeiro, apresentação de capa do livro de Rancière, 2018a), e o agir político teria como sustentáculo a atribuição de existência modal entre todos os membros de uma comunidade, encarados como sujeitos semióticos. Não se trata, porém, de uma igualdade vazia, e nem de consenso, insistimos, mas de uma igualdade de sujeitos a serem contados enquanto membros de um comum de fala, por si litigioso (porque põe em xeque os sistemas decisórios e peritos), que permite processos de subjetivação política para além de soluções pontuais pré-fixadas. Na esteira de Rancière, concebemos a subjetivação como a capacidade de reconfigurar um campo de experiências pela “produção, por uma série de atos, de uma instância e de uma capacidade de enunciação que não eram identificáveis” nesse mesmo campo. (2018a, p. 49). Ela assegura assim o papel da linguagem para a potência de /ser/e /fazer/ de uma existência semiótica (Agamben, 2015), assentada não apenas em atos de fala, mas sobretudo em formas de vida (Fontanille, 2015) que integram

um modo de estar presente no mundo e de se ajustar ao movimento da sociedade, de intervir, retrucar e agir; em suma, fazer sentido, criar estratégias, integrar práticas construindo suas formas de existência. Em seu viés linguístico, já preconizado na década de 60 por Émile Benveniste (1991; 1ª edição em francês data de 1966), a subjetividade se constitui na e pela linguagem, porque é no âmbito dos discursos que a língua aparece como uma arena de conflitos ideológicos. Embora o autor estivesse se referindo na ocasião à linguagem verbal, ou seja a língua, seus ensinamentos conduziram à dilatação dos estudos enunciativos aos processos semióticos em geral, porque permitiram postular as posições dos sujeitos em situações discursivas pelas quais criam e inscrevem suas subjetividades, e também as de outrem, colocado como aquele a quem um "eu" se dirige - o "tu". Estabelece assim as condições de produção dos discursos, tendo no quadro enunciativo o foco da referência dos sentidos emanados pelos textos. Ao trazer a questão dessa relação para o campo da política, mesmo sem se colocar na esteira de Benveniste, Rancière evidencia os filtros sociais e ideológicos que instauram as divergências suscetíveis de qualificar ou desqualificar as vozes dos sujeitos como capacitadas (ou não) a articular decisões e opiniões. Nesse sentido, é que, amparando-se na cultura da antiguidade, mostra a distinção entre uma emissão portadora de *logos* e outra que não entra na contagem das estruturas consensuais que decidem pelas ordenações de espaços, posições e valores. (Rancière, 2018a; 2018b).

Além disso, configura modos de partilha sensíveis distintos, conforme reconheça e legitime uma ordem social de viver com, submetendo seu corpo e sua (não) fala à estrutura policial instituída, ou reagindo cognitiva, pragmática e

sensivelmente para se afirmar como um dos que falam e contam entre os demais.

Barreiras de comunicação?: a prova inquestionável dos muros ao redor do mundo/ a naturalização da domesticidade humana na vida cotidiana

Dois empíricos são exemplares para a condução de nosso raciocínio, porque representam uma mesma ordem de convivência, manifestada, no entanto, por marcas mais ou menos evidentes de contagem do outro como um ser de fala e por direções distintas da abordagem enunciativa. Ilustram, portanto, o movimento de ordenação da co-existência explicitado na discussão anterior, ao mesmo tempo que evidenciam estratégias discursivas diferentes para fazer sentir a condição dos que sofrem com a falta de visibilidade e voz em meio aos conflitos sócio-econômicos e políticos.

Trata-se, de um lado, da existência de muros separando pessoas em vários pontos do mundo, e justificando sua construção por motivos sociais, religiosos, político-econômicos. Para essa discussão, recorreremos ao recorte empírico da forma como o fato é midiático em uma série de reportagens do jornal brasileiro *Folha de S. Paulo* (2017)³⁶, embora vários outros jornais tenham se dedicado a abordar o fato, normalmente de uma perspectiva crítica pelos efeitos nefastos que tais segregações implicam para aqueles que estão do lado "não contável" do muro. O outro exemplo inscreve-se no contexto ficcional, mas considerado como obra de inspiração autobiográfica: o filme mexicano - *Roma* - de Alfonso Cuarón (2018). Aparentemente díspares, uma vez que assumem o efeito de sentido do "falar

³⁶ *Um mundo de muros: as barreiras que nos dividem* (2017), São Paulo, *Folha de S. Paulo*, disponível em <https://arte.folha.uol.com.br/mundo/2017/um-mundo-de-muros>.

verdadero" (do discurso de informação) e do "parecer verdadeiro" (no caso do filme), ambos exemplos interessam justamente pela solução enunciativa que encontram, além ou aquém de serem ou não "verdadeiros", para descrever, e ao mesmo tempo problematizar, situações de conflitos em sociedades de grandes contrastes econômicos e, por decorrência, graves problemas de ordem sociopolítica.

A série *Um mundo de muros - as barreiras que nos dividem* engloba sete reportagens que envolvem conflitos em fronteiras (México/EUA; EUA/México), entre povos e etnias (Cisjordânia/Israel; Kênia/Somália; Sérvia/Hungria), ou grupos sociais dentro de um mesmo país (Peru, Brasil - Vila Esperança em Cubatão), entre as 70 barreiras físicas registradas atualmente no mundo. Enquadra-se na modalidade de jornalismo documental, por isso a diversidade de operações encontra sua justificativa na busca de um adensamento da informação e da sensibilidade.

Sua proposta é a de expor a heterogeneidade de vozes em relação ao conflito, provendo o leitor de informações contextuais, históricas, geopolíticas e culturais. Adota a estratégia de expor as divergências dos dois lados envolvidos delegando voz aos habitantes apresentados na condição de testemunhas, ao mesmo passo que vai formalizando visualmente os espaços de vivência dividida pelos obstáculos: muros, cercas, viadutos. Do ponto de vista dos recursos visuais, a estratégia segue os procedimentos tradicionais das reportagens multimidiáticas acrescidas agora de uma estética cada vez mais usual para atrair a atenção do

leitor - as fotografias *longforms*, normalmente de extensão vertical ao longo de todo o movimento de rolagem da tela (embora alguns casos na horizontal comecem a aparecer), os vídeos em 360º que estimulam a interação do internauta para movimentar-se na superfície da imagem, as infografias interativas, áudios captados em situação, entre outros recursos. Em artigo recente, apontamos a recorrência desses lances estéticos como a criação de um "valor-experiência" a ser acrescido ao valor-notícia. Na verdade, o valor-notícia nesses casos constitui-se não apenas da relevância dada a um fato, mas busca-se dar a sensação de presentificação do relato agregando ao valor informacional da notícia a dimensão sensível dos processos comunicacionais. Faz-se, assim, a crítica de forma não expressa, alimentando a solidariedade do leitor pelo caráter performativo das imagens, do que deriva uma situação ambivalente imposta pela necessidade de se tomar uma posição frente ao conflito, reconhecendo a sua complexidade ("cada lado tem suas razões"), ao mesmo tempo que sendo direcionado a sofrer junto pela eficácia das estratégias de interação viso-gestual. Com isso, a matéria informativa não toca o cerne do problema, pois ao expor o jogo de interesses de forma igualitária, negligencia a tensão primal do lugar do discurso de cada um. Ou seja, tenta dar identidade aos diferentes envolvidos, mas não percebe que, nos termos em que se apresentam, um dos lados está excluído da lógica de "partes como partes", na designação de Rancière (2018a; 2018b), e a confrontação de seu corpo à materialidade do muro impedindo-o de qualquer movimento é a materialização mais evidente desse consenso litigioso generalizado, uma vez que estabelecido mesmo sob fortes críticas. O movimento, ao contrário da mera mobilidade, pressupõe o

sentir e a emoção, e é condição *sine qua non* para dar ao corpo a conformação sempre inacabada de sua presença e existência modal. Não "contar" a voz e a presença do outro é de princípio a interdição para qualquer confrontação de opiniões diferentes em busca de um acordo, uma vez que não há equilíbrio na balança dos que "contam" para a defesa de ideias e ações conflitantes.

O muro emerge como um obstáculo à subjetivação política na confrontação entre corpos-actantes, essencial para a constituição de uma existência semiótica e do devir inalienável do sujeito na reparação de sua incompletude. A ele não está interdita apenas a mobilidade do corpo físico, mas o movimento em direção à realização de suas buscas, e sobretudo a suspensão da potencialidade de seus anseios. A potencialidade, nessa ocorrência, é concebida tanto em seu caráter de possibilidade (de um poder sim) como de contingência (de um poder não), na perspectiva da discussão da potência do pensamento de Agamben (2015), a ser delineada pelo tornar-se sujeito na interação do corpo com o movimento.

Todas as informações e divergências que a mídia busca desvendar são apreendidas na esfera de um mundo factual, quando "designam, na verdade, entidades inscritas na questão política da partilha do sensível" (Rancière, 2018a, p. 129), não assimiláveis a razões próprias ou consensos negociados, mas que são abordadas pelo jornal com maior ênfase pelos recursos visuais. A reportagem traz no verbal a divergência de vozes de ambos os lados do muro mostrando o caos opinativo que representam (os motes de cada um), e no visual, invariavelmente o recurso a imagens "longform" e 360º, que nos fazem percorrer esteticamente os detalhes do campo que se estende além muro. No uso desses recursos, estão

representados os dois espaços em concomitância, aos quais o usuário sente estar acessando pelo movimento dado ao cursor. Com isso, amplia sua perspectiva, ao mesmo passo que percebe a diferença de condição apresentada de cada parte. Na contramão, portanto, de uma aparente neutralidade obtida pelo jogo de vozes divergentes apresentadas no texto verbal, emerge uma postura mais opinativa nessa aproximação do usuário aos ambientes representados visualmente. Em outros termos, a elipse de um posicionamento mais claro no verbal é preenchida com as distinções expostas pelos recursos oscilantes no trabalho com a imagem, de efeitos axiológicos, por meio dos quais o usuário sente estar se movimentando na estória. O sensível acionado pelo jornal é aquele, por conseguinte, de uma afetação do leitor/espectador em face do que está enunciado, cumprindo com tal procedimento um papel duplo: o da objetividade necessária que lhe é historicamente atribuído, de suprir o leitor de todas as informações e opiniões possíveis para que o mesmo tome sua posição frente às polêmicas, e outro mais recente, formalizado pelos projetos editoriais com toda a clareza na atualidade, embora não seja novo, que é o de criar experiência nos enunciatários. "Experiência" converte-se na palavra-chave do jornalismo contemporâneo e tem sido identificado a dispositivos digitais que atingem o sistema sensorial pelo emprego de ambientes imersivos (jornalismo imersivo, newsgames, imagens 360º, fotos *longforms* verticais ou horizontais que "sangram" as páginas virtuais). Cria-se uma estética do sensível que é de fato, como diz Manovich (2000), uma infoestética, de acordo com uma perspectiva novidadeira e bastante restrita às *start-ups* tecnológicas. Na verdade,

O caráter da combinação de todos esses elementos é próprio a um modo de visibilidade que neutraliza ou acusa a alteridade do estrangeiro.” (p. 129).

/.../ O limiar dessa rejeição não é, claramente, uma questão estatística. /.../ O imigrante de hoje é um operário que perdeu seu segundo nome [trabalhadores imigrantes], que perdeu a forma política desua identidade e de sua alteridade, a forma de uma subjetivação política da conta dos incontados. (Rancière, 2018a, p. 130).

Ao mesmo tempo, reafirma-se a dificuldade jurídica e política de solubilidade de uma situação³⁷. Fazendo analogia a Didi-Huberman, quando se refere à necessidade de uma visada crítica a toda e qualquer descoberta memorativa, podemos dizer que a ex-posição dos diferentes pontos de vista e do papel vital dos excluídos de um lado do muro, coloca o objeto em seu cenário histórico e midiático, mas não o constitui em seu lugar de existência - " temos de fato o objeto, o documento – mas seu contexto, seu lugar de existência e de possibilidade, não o temos como tal. Jamais o tivemos, jamais o teremos. (2010, p. 174-175). Não resta dúvida que nesses casos tanto se atende a uma tendência estética, quanto se visa a fazer sentir pela mobilização do corpo-próprio do usuário a sensação de "estar na pele" de outro. O problema é que nessa lógica confundem-se a atitude crítica e o jogo lúdico que o uso desses recursos proporciona, além da inconveniência do uso de certas próteses tecnológicas imprescindíveis para se chegar aos resultados esperados. A organicidade entre as linguagens, os discursos, os meios agenciados

³⁷ Não se ignora o papel modal, temático, figurativo, passional e sensível dos sujeitos abordados como vítimas pelo jornal. O uso da voz própria aberto pela mídia (e não apenas da terceira pessoa, como voz delegada ao jornal para representá-los) constitui a possibilidade de uma subjetivação política, assim como os percursos narrativos e as formas expressivas que constroem, a despeito dos riscos enfrentados. Este trabalho, no entanto, concentra o foco na visibilidade que lhes é dada quando são segregados a um espaço de imobilidade e ruptura de seus movimentos e o modo como o discurso da informação vai ou não à raiz desses problemas.

é fundamental para que o valor de artifício do mecanismo seja sobrepujado pelo forte apelo às sensações e à sensibilidade. Estratégias, portanto, que vão além do mero recurso às potencialidades técnicas e dependem da capacidade de seus efeitos estésico-estéticos.

O outro empírico aparece sob a forma de uma ficção que se propõe autobiográfica, expondo igualmente as formas de viver junto, mas a interação entre funcionária e patroa no filme *Roma* é de diferente ordem. O filme é singelo, mas o manejo de composições figurativas e manobras enunciativas vinculadas à dimensão matérica do discurso fazem aflorar o caráter cognitivo sensível do sentido sendo sentido. Ou seja, não se trata de mecanismos da ordem das sensações desencadeadas pelo poder excitante de certas tecnologias, mas seu valor informativo está fortemente impregnado de um efeito experiencial sobre o espectador, tanto pelos afetos que desperta, quanto pela crítica que, astuciosamente, promove, voltada em ricochete ao próprio enunciatário e a seus modos de vida.

Cleo, a personagem que representa a empregada doméstica, trabalha em casa de uma família no bairro Roma, na Cidade do México. Morando na habitação, em cômodo recuado da casa, sua rotina, invariavelmente automatizada, consiste em efetuar as mesmas tarefas diárias que se iniciam com a lavagem da garagem e quintal da casa, sempre suja com excrementos dos dois cães dos proprietários, preparar o café da manhã, arrumar as crianças, ajudar a outra empregada da casa na limpeza geral e na organização das roupas e coisas. Eventualmente sai com a colega de emprego e acaba conhecendo um rapaz por quem nutre afeição e de

quem fica grávida, sendo logo abandonada ao confessar sua condição. Sofre muito, mas oculta a sua dor, mantendo os compromissos e atividades de atendimento costumeiros à família. A narrativa mantém-se recorrente e com ritmo desacelerado. A imagem de abertura do filme é significativa desse efeito de sentido, porque se demora numa sequência em que o ato de lavar o chão do quintal é captado em detalhes e com duração quase irritante, mas mostra a sua pertinência como recurso de apresentação da personagem e de sua vida, quase despercebida pela família, não fosse pelas funções que exerce em proveito das crianças e da casa. O bloqueio entre as pessoas, nesse caso, é abstrato, embora materializado sob diversas figuras: espaços de presença, formas de ação esperadas, relação vertical nas interações e nos modos recíprocos de se verem, além de outras marcas impostas pela condição econômica ou cultural, como roupas, cabelo, pertences, e inclusive gestos e domínio do espaço-tempo vivido. O lugar do sujeito no discurso é aquele do discurso no cenário de outros discursos, dentro de uma lógica policial que estabelece a ordem das coisas, inscrevendo padrões em um patamar distinto e distante daquele vivido pela empregada. Os corpos se encontram face a face, mas um muro imaginário os distancia de uma maneira mais incontornável do que os muros de fronteiras, uma vez que esses podem ser ultrapassados mediante riscos.

Na diferença sócio-econômica exposta em *Roma*, a intransponibilidade se anuncia em vários níveis da estrutura narrativa: pelo quase emudecimento da doméstica, pelo caráter rotineiro, invisível e interminável de suas tarefas, pela relação concessiva com o outro, mas também pelo contexto histórico paralelo das lutas políticas, da violência desigual do corpo a corpo dos estudantes com as forças

armadas nas ruas, em relação às quais a personagem e seu pequeno mundo parecem estar subtraídos. Em dois momentos do filme o afeto entre patroa e empregada se revelam intensos e espontâneos: quando aquela é abandonada pelo marido de forma abrupta e busca acolhimento no abraço da empregada, conjugando-as na dor de uma experiência comum (Cleo também foi rejeitada pelo rapaz com quem saía porque ficou grávida), e no final, quando a doméstica salva o filho menor da família de um afogamento, momento em que a sua valorização é manifesta. O vínculo afetivo nesse caso parece abafar a tensão do desacordo social em prol de uma espécie de acordo emotivo, o qual, mesmo sendo transformador do ponto de vista do sentir, não o é do ponto de vista político no âmbito do enunciado, porque não altera o *status quo* da relação vertical entre ambas. Ao contrário, afirma o caráter de excepcionalidade da situação, que, na ocorrência, é rompido por iniciativa da patroa, a quem compete na lógica da coexistência policial estabelecer as diretrizes de aproximação ou separação dos corpos. Da perspectiva da funcionária, há a consciência de que a mobilidade dos corpos em partilhas de sentimentos não implica qualquer movimento para o seu dever – continua a rotina de empregada a cumprir os deveres e solicitações, sempre disponível a “comandos” tácitos de distanciamento ou aproximação, embora atenta a seus afetos em relação à família.

Ao discutir as relações de alteridade, Landowski (1997) explica que as atitudes de assimilação, que esperam do "estrangeiro" a integração aos costumes do "nós" para que apague seus traços originais, e as de segregação, que eliminam *tout court* a presença daqueles que não fazem parte do comum em nossos

territórios, expõem uma afinidade evidente:

/.../ l'alterité ne peut ici être pensée que comme une différence venue d'ailleurs, et revêtant par nature la forme d'une menace. Assimilation et exclusion ne sont en définitive, on le voit, que les deux faces d'une seule et même réponse à la demande de reconnaissance du dissemblable: Tel que tu es, tu n'a pas ta place parmi nous. (p. 23).

Trata-se, em ambos os casos, também de uma violência, no sentido da dominância tácita de um corpo sobre outro (Gumbrecht, 2004; 2010) impedindo o devir de seu próprio movimento.

Discutindo as estratégias e seus efeitos sobre o sentir

Se considerarmos as figuras da corporalidade e seus movimentos figurativos postulados por Fontanille (2016), quais sejam, o corpo como superfície de inscrições, como *locus* de agitações internas, como actante-dêitico que desenvolve deslocamentos no mundo e matéria sensório-motora em que se manifestam as moções íntimas, é possível afirmar que a ação desses sujeitos aqui estudados encontram obstáculos decisivos para a subjetivação política que permite construir suas identidades. O bloqueio desses movimentos (no sentido de sua própria rotatividade e não no encadeamento sintático de suas trajetórias) impede ou neutraliza a inscrição do corpo como contável, retira-o de sua possibilidade de deslocamento, tenta domesticar as manifestações de sua materialidade, pela desvalorização ou proibição de seus signos gestuais e de sua sensualidade estética, é indiferente às suas agitações internas, a seus espasmos vitais em face da busca de uma vida melhor ou uma sobrevivida.

Nos espaços divididos pelo muro, anula-se não só a visibilidade do corpo do outro, mas também de seus rastros de inscrição. Impede-se ou tenta se impedir o

devir histórico do sujeito que traça sua própria narrativa. Na ficção (autobiográfica) exposta pelo filme, o bloqueio é de outra ordem: ele se revela no corpo silencioso, quase autômato no cumprimento de sua rotina, na invisibilidade mesma da moça como um corpo de sentimentos e desejos, na domesticidade dos afetos. Evidencia-se igualmente na afeição contida dos padrões, no extravasamento a que se "permite" a patroa em situações de crise, mas liberado espontaneamente no carinho das crianças.

A violência nesse caso não aparece de forma brutal, ela se insinua como um processo naturalizado em que o afeto ainda é possível, a despeito da dominação de corpos que "existem" sobre corpos que "não existem". Tanto ao sujeito confinado a um lado do muro, quanto à doméstica indígena que conjuga o mesmo espaço físico da família, no entanto, parece só lhes restar "uma identidade sociológica, a qual então tomba na nudez antropológica de uma raça e de uma pele diferentes". (Rancièrè, 2018a, p. 130).

A enunciação do filme traz à tona tal problema sem o tom da indignação ou da revolta, e sim no âmbito de um descortinamento da contingência da ordem social. Se há uma crítica, essa se esparrama na forma do afeto, de uma mistura de amor e dor que a-feta a todos nós, enunciatários convocados a ler nas entrelinhas o que está além de uma memória de partes da vida em família. Vem em primeiro plano o contável da empregada índia, como protagonista não do filme, mas da desvelação desses incontáveis numa lógica naturalizada de funções e apegos que se não é questionada no enunciado, pela voz mesma da personagem, o é no contexto da enunciação pelo impacto do reconhecimento de nossas formas de vida.

Vê-se assim que o filme, em sua capacidade enunciativa, expõe uma condição de dissenso na distribuição dos corpos e da capacidade de fala, mas o faz inscrevendo o desentendimento como a condição política e estética que permite enfim uma heterogeneidade igualitária suscetível de pôr em xeque qualquer interpretação piegas de um comum de uma comunidade harmônica.

Considerações reflexivas

Insistimos conclusivamente que não se trata aqui de opor duas formas de manifestação discursiva, como se todo filme tivesse essa efetividade estética e toda reportagem multimidiática uma resultante de ordem mais sensorial. Ao contrário, o que pretendemos enfatizar é a relevância dos modos de figurar e as escolhas enunciativas para a efetividade do fazer sentir. Obviamente, as injunções das modalidades discursivas desenhadas pela tradição são importantes em face das expectativas do público, como se o documental e o estético estivessem separados. Equívoco inevitável, porém nada justificável quando se considera o caráter criativo das linguagens e dos meios. A liberdade expressiva do ficcional não é mais facilitadora para o ato criativo do que a suposta objetividade informativa, porque ambas se constituem igualmente como tessituras de um sujeito entreamando discursos e visando a vínculos interacionais nos quais os fatos da realidade só podem se manifestar sob a forma de um parecer verdadeiro. Deve-se levar em conta ainda que o filme também está premido pelo apelo sensorial da "última geração" das tecnologias da informação e da comunicação. No entanto, o filme de Cuarón é filmado em p/b, remete a uma memória afetiva que é colocada como autobiográfica, tem o ritmo desacelerado de produções mais antigas, trabalha com

atores desconhecidos, e consegue impor-se no cenário das grandes produções internacionais, sobretudo norte-americanas. Tem o mérito de agitar o espectador pelo ar de familiaridade que evoca, ao mesmo tempo como experiência do singelo, ao mesmo tempo pelo desconforto que provoca ao agarrar o espectador em sua armadilha de trazê-lo para dentro da cena desvelando as estruturas consensuais nas quais este se abriga para agir no mundo. Fazer sentir o sofrimento de outrem e reconhecer a falsa consensualidade da divisão dos sujeitos nas sociedades atuais dependem essencialmente da compreensão como política e estética se vinculam (Parret, 1997) para começar a compreender e discutir os conflitos humanos da coexistência dos diversos.

Referências

- Agamben, G. *A potência do pensamento: ensaios e conferências*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.
- Arendt, H. (1997). *¿Qué es la Política?* Barcelona, España: Ediciones Paidós / I.C.E. de la Universidad Autónoma de Barcelona.
- Benveniste, É. (1991). Da subjetividade na linguagem. In: *Problemas de Lingüística Geral I*. São Paulo: Pontes.
- Benveniste, É. (1966). *Problèmes de linguistique générale*. Paris: Gallimard.
- Cabrera, J. (2010). Visión de la política en Hannah Arendt. In: *Frónesis*. Caracas, Venezuela: Facultad de Ciencias Jurídicas y Políticas Universidad del Zulia Maracaibo-Venezuela, 17 (2). Recuperado de http://ve.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1315-62682010000200006
- Cuarón, A. (Direção). (2018). *Roma*. [Película]. México.
- Didi-Huberman, G. (2010). *O que vemos, o que nos olha*. São Paulo: Editora 34.
- Gumbrecht, H. (2004). *Production of presence. What meaning cannot convey*. Stanford: Stanford University Pres.
- Gumbrecht, H. (2010). *Produção de presença: o que o sentido não pode transmitir*. Rio de Janeiro: Contraponto/ Editora PUC-RIO, 2010.
- Fontanille, J. (2015). *Formes de vie*. Liège, Bélgica: Presses Universitaires de Liège.
- Fontanille, J. (2016). *Corpo e sentido*. Londrina: Eduel; Paris: Presses Universitaires de France.
- Landowski, E. (1997). *Présences de l'autre*. Paris: PUF.
- Manovich, L. (2000). *The language of new media*. Cambridge/Londres: MIT Press.
- Parret, H. (1997). *A estética da comunicação: além da pragmática*. Campinas, SP: Editora da Unicamp.
- Rancière, J. (2005). *A partilha do sensível: estética e política*. São Paulo: EXO Experimental org./Ed. 34.
- Rancière, J. (2018a). *O desentendimento: política e filosofia*. São Paulo: Editora 34.

Rancière, J. (2018b). *Crónicas de los tiempos consensuales*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Waldhuter Editores.

Marques, Â., e Martino, L. M. (2019). O enquadramento do intolerável na imagem. In: *Imagens e alteridades*. Belo Horizonte, Minas Gerais: Selo PPGCOM/UFMG.

Recuperado de <https://seloppqcom.fafich.ufmg.br/novo/publicacao/afetos/>

Conflitos velados e desvelados na articulação da política com a estética

Conflictos velados y descubiertos en la articulación de la política con la estética

Veiled and unveiled conflicts in the articulation of politics with aesthetics

Kati Caetano³⁸.

Resumo

O artigo discute os conflitos de co-existência sob a ótica de um (des)acordo articulado à "partilha do sensível" e as estratégias enunciativas de sensibilização voltadas ao reconhecimento da subjetivação política.

Palavras-chave

Subjetivação política, estética, muros. "Roma" (Alfonso Cuarón).

Resumen

³⁸ Kati Caetano (Brasil). E-mail katicaetano@hotmail.com ORCID. 0000-0002-6744-180X. Professora titular do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Linguagens, Universidade Tuiuti do Paraná - UTP/Brasil. Doutora em Letras pela Universidade de São Paulo, com pós-doutorado em Semiótica (EHSS, Paris; Université de Limoges) e Linguística (École Normale Supérieure de Lyon; Université Paris VII). Professora titular aposentada da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, onde atuou como responsável pelas disciplinas de Linguística em Letras e no Curso de Comunicação Social, Jornalismo até 1995. Coordenadora de Pesquisa da UTP de 1996 a 1997; Pró-Reitora de Pós-Graduação de Pesquisa, Ensino e Extensão de 1997 a 1998 e criadora do Mestrado em Linguagens e Comunicação, aprovado pela CAPES em 1999, e sua coordenadora até 2003. Líder do Grupo de Pesquisa interações Comunicacionais, Imagens, Cultura Digital - INCOM/CNPQ/UTP. Autora dos livros *Literatura e sociedade: a prática da análise de discursos; Imagens à deriva* (co-autoria com Eduardo Peñuela Cañizal); *Curitiba: do modelo à modelagem* (co-autoria com Lucrecia D'Alessio Ferrara e Fábio Duarte), além de diversos capítulos de livros e artigos em revistas científicas. Coordenadora institucional de Projeto de Pesquisa em parceria da UTP com a Université Lumière Lyon 2, no âmbito do projeto internacional *Journalisme à l'heure du numérique – JADN*.

El artículo discute los conflictos de convivencia como un (des) acuerdo articulado al "reparto de lo sensible" y las estrategias enunciativas de sensibilización dirigidas al reconocimiento de la subjetivación política.

Palabras-clave

Subjetivación política, estética, muros, "Roma" (Alfonso Cuarón).

Abstract

The article discusses the conflicts of coexistence as an (dis) agreement articulated to the "redistribution of the sensible" and the enunciative strategies of sensibilization to the recognition of political subjectivation.

Key words

Political subjectivation, aesthetics, walls. "Roma" (Alfonso Cuarón).

Introdução

O foco neste trabalho é discutir a questão do acordo e desacordo em sua articulação com a política e a "partilha do sensível", com base no princípio de que ambas estão vinculadas à racionalidade da situação de fala³⁹. Acordo ou desacordo, consenso/dissenso, entendimento/desentendimento são categorias empregadas aqui em sentidos similares porque comportam o eixo comum de um conflito expresso semioticamente. Elas não dizem respeito apenas às palavras, aos discursos, mas também à situação dos que falam/se exprimem, ao seu reconhecimento como sujeitos semióticos dotados de uma corporalidade que têm lugar e movimento no mundo. Desse ponto de vista, o desentendimento se ancora politicamente sobre um consenso necessário e, em geral litigioso, que é o de reconhecer, ou não reconhecer, a capacidade (poder de fala) a "uma parte dos que não têm parte", segundo expressão de Jacques Rancière (2018a; 2018b), portanto a tê-los na conta dos que "são" ou "não são". Essa com-preensão da distribuição desigualitária dos corpos e do domínio de fala, entendida como uma capacidade para o *logos* e não apenas para a emissão de vozes, estabelece de partida, e paradoxalmente, um comum de uma comunidade de litígio. Nesses termos, todo agir político implica tanto o reconhecimento quanto o rompimento desse conflito inicial na medida em que deve "desnaturalizar" uma ordem do viver junto baseado em lugares e funções próprios a cada parte, ou seja, deve revelar o caráter contingente da ordem social de atores discursivos peritos ou competentes. Como

³⁹ Consideramos fala em sentido amplo, como expressão de manifestações verbais e não-verbais, portanto como ato comunicativo constituído por linguagens de diferentes naturezas.

explica Rancière, essa ordenação das coisas se ampara na ideia de um comum dos sujeitos sociais ancorada na dimensão de um sensível que determina, de forma contingente, o que se dá a sentir:

Existe portanto, na base da política, uma 'estética' que não tem nada a ver com a 'estetização da política' própria à era da massas, de que fala Benjamin./.../ É um recorte dos tempos e dos espaços, do visível e do invisível, da palavra e do ruído que define ao mesmo tempo o lugar e o que está em jogo na política como forma de experiência. A política ocupa-se do que se vê e do que se pode dizer sobre o que é visto, de quem tem competência para ver e qualidade para dizer, das propriedades do espaço e dos possíveis do tempo. (Rancière, 2005, p. 16-17).

Merece destaque no seu pensamento a distinção entre duas lógicas: a do agir político, que inscreve o reconhecimento desse dano social, instituindo uma comunidade do desentendimento, e a da ação policial que configura uma suposta harmonia da distribuição dos corpos e dos lugares discursivos segundo identificações distintas. Consideramos policial para além de dispositivos específicos do aparelho de estado, concebendo-o como já acentuou Foucault, em sua presença nas práticas intersubjetivas em geral, o que o caracteriza como um componente necessário da dimensão política. Todo agir político, que visa a romper com a distância entre o que é falar e quem é competente para a fala, está também atravessado por ações policiais, podendo, inclusive, subverter a própria ordem estabelecida pelos aparatos de Estado e por um sistema jurídico.

Dito isso, compreende-se que o dissenso tem como base um consenso a ser superado para que o debate se institua não necessariamente como um acordo de interesses (mera discussão e disputa de interesses) ou por decisões judiciais, mas justamente como um litígio no qual se reconheça “a existência das partes como

partes, a existência de uma relação que as constitui como tais” (Rancière, 2018a, p. 39). Nesse sentido, a estética como partilha desse comum é condição inerente da política, para que esta se afirme como a forma possível de subjetivação de todos, pois, como postula Hannah Arendt, a política "trata del estar juntos y los unos con los otros de los *diversos*" (1997), e, conforme explica Cabrera, o poder, como o define a autora, é "el espacio de aparición en el que una pluralidad de seres diversos es capaz de hablar y actuar conjuntamente" (2010).

Não há, assim, acordo propício, político e estético, fora desse cenário que é por si estruturado sobre o reconhecimento da legitimidade do dissenso. A discussão política, nesses termos, “indaga quem tem direito a proferir um discurso portador de sentido” (Ribeiro, apresentação de capa do livro de Rancière, 2018a), e o agir político teria como sustentáculo a atribuição de existência modal entre todos os membros de uma comunidade, encarados como sujeitos semióticos. Não se trata, porém, de uma igualdade vazia, e nem de consenso, insistimos, mas de uma igualdade de sujeitos a serem contados enquanto membros de um comum de fala, por si litigioso (porque põe em xeque os sistemas decisórios e peritos), que permite processos de subjetivação política para além de soluções pontuais pré-fixadas. Na esteira de Rancière, concebemos a subjetivação como a capacidade de reconfigurar um campo de experiências pela “produção, por uma série de atos, de uma instância e de uma capacidade de enunciação que não eram identificáveis” nesse mesmo campo. (2018a, p. 49). Ela assegura assim o papel da linguagem para a potência de /ser/e /fazer/ de uma existência semiótica (Agamben, 2015), assentada não apenas em atos de fala, mas sobretudo em formas de vida (Fontanille, 2015) que integram

um modo de estar presente no mundo e de se ajustar ao movimento da sociedade, de intervir, retrucar e agir; em suma, fazer sentido, criar estratégias, integrar práticas construindo suas formas de existência. Em seu viés linguístico, já preconizado na década de 60 por Émile Benveniste (1991; 1ª edição em francês data de 1966), a subjetividade se constitui na e pela linguagem, porque é no âmbito dos discursos que a língua aparece como uma arena de conflitos ideológicos. Embora o autor estivesse se referindo na ocasião à linguagem verbal, ou seja a língua, seus ensinamentos conduziram à dilatação dos estudos enunciativos aos processos semióticos em geral, porque permitiram postular as posições dos sujeitos em situações discursivas pelas quais criam e inscrevem suas subjetividades, e também as de outrem, colocado como aquele a quem um "eu" se dirige - o "tu". Estabelece assim as condições de produção dos discursos, tendo no quadro enunciativo o foco da referência dos sentidos emanados pelos textos. Ao trazer a questão dessa relação para o campo da política, mesmo sem se colocar na esteira de Benveniste, Rancière evidencia os filtros sociais e ideológicos que instauram as divergências suscetíveis de qualificar ou desqualificar as vozes dos sujeitos como capacitadas (ou não) a articular decisões e opiniões. Nesse sentido, é que, amparando-se na cultura da antiguidade, mostra a distinção entre uma emissão portadora de *logos* e outra que não entra na contagem das estruturas consensuais que decidem pelas ordenações de espaços, posições e valores. (Rancière, 2018a; 2018b).

Além disso, configura modos de partilha sensíveis distintos, conforme reconheça e legitime uma ordem social de viver com, submetendo seu corpo e sua (não) fala à estrutura policial instituída, ou reagindo cognitiva, pragmática e

sensivelmente para se afirmar como um dos que falam e contam entre os demais.

Barreiras de comunicação?: a prova inquestionável dos muros ao redor do mundo/ a naturalização da domesticidade humana na vida cotidiana

Dois empíricos são exemplares para a condução de nosso raciocínio, porque representam uma mesma ordem de convivência, manifestada, no entanto, por marcas mais ou menos evidentes de contagem do outro como um ser de fala e por direções distintas da abordagem enunciativa. Ilustram, portanto, o movimento de ordenação da co-existência explicitado na discussão anterior, ao mesmo tempo que evidenciam estratégias discursivas diferentes para fazer sentir a condição dos que sofrem com a falta de visibilidade e voz em meio aos conflitos sócio-econômicos e políticos.

Trata-se, de um lado, da existência de muros separando pessoas em vários pontos do mundo, e justificando sua construção por motivos sociais, religiosos, político-econômicos. Para essa discussão, recorreremos ao recorte empírico da forma como o fato é midiático em uma série de reportagens do jornal brasileiro *Folha de S. Paulo* (2017)⁴⁰, embora vários outros jornais tenham se dedicado a abordar o fato, normalmente de uma perspectiva crítica pelos efeitos nefastos que tais segregações implicam para aqueles que estão do lado "não contável" do muro. O outro exemplo inscreve-se no contexto ficcional, mas considerado como obra de inspiração autobiográfica: o filme mexicano - *Roma* - de Alfonso Cuarón (2018). Aparentemente díspares, uma vez que assumem o efeito de sentido do "falar

⁴⁰ *Um mundo de muros: as barreiras que nos dividem* (2017), São Paulo, *Folha de S. Paulo*, disponível em <https://arte.folha.uol.com.br/mundo/2017/um-mundo-de-muros>.

verdadero" (do discurso de informação) e do "parecer verdadeiro" (no caso do filme), ambos exemplos interessam justamente pela solução enunciativa que encontram, além ou aquém de serem ou não "verdadeiros", para descrever, e ao mesmo tempo problematizar, situações de conflitos em sociedades de grandes contrastes econômicos e, por decorrência, graves problemas de ordem sociopolítica.

A série *Um mundo de muros - as barreiras que nos dividem* engloba sete reportagens que envolvem conflitos em fronteiras (México/EUA; EUA/México), entre povos e etnias (Cisjordânia/Israel; Kênia/Somália; Sérvia/Hungria), ou grupos sociais dentro de um mesmo país (Peru, Brasil - Vila Esperança em Cubatão), entre as 70 barreiras físicas registradas atualmente no mundo. Enquadra-se na modalidade de jornalismo documental, por isso a diversidade de operações encontra sua justificativa na busca de um adensamento da informação e da sensibilidade.

Sua proposta é a de expor a heterogeneidade de vozes em relação ao conflito, provendo o leitor de informações contextuais, históricas, geopolíticas e culturais. Adota a estratégia de expor as divergências dos dois lados envolvidos delegando voz aos habitantes apresentados na condição de testemunhas, ao mesmo passo que vai formalizando visualmente os espaços de vivência dividida pelos obstáculos: muros, cercas, viadutos. Do ponto de vista dos recursos visuais, a estratégia segue os procedimentos tradicionais das reportagens multimidiáticas acrescidas agora de uma estética cada vez mais usual para atrair a atenção do

leitor - as fotografias *longforms*, normalmente de extensão vertical ao longo de todo o movimento de rolagem da tela (embora alguns casos na horizontal comecem a aparecer), os vídeos em 360º que estimulam a interação do internauta para movimentar-se na superfície da imagem, as infografias interativas, áudios captados em situação, entre outros recursos. Em artigo recente, apontamos a recorrência desses lances estéticos como a criação de um "valor-experiência" a ser acrescido ao valor-notícia. Na verdade, o valor-notícia nesses casos constitui-se não apenas da relevância dada a um fato, mas busca-se dar a sensação de presentificação do relato agregando ao valor informacional da notícia a dimensão sensível dos processos comunicacionais. Faz-se, assim, a crítica de forma não expressa, alimentando a solidariedade do leitor pelo caráter performativo das imagens, do que deriva uma situação ambivalente imposta pela necessidade de se tomar uma posição frente ao conflito, reconhecendo a sua complexidade ("cada lado tem suas razões"), ao mesmo tempo que sendo direcionado a sofrer junto pela eficácia das estratégias de interação viso-gestual. Com isso, a matéria informativa não toca o cerne do problema, pois ao expor o jogo de interesses de forma igualitária, negligencia a tensão primal do lugar do discurso de cada um. Ou seja, tenta dar identidade aos diferentes envolvidos, mas não percebe que, nos termos em que se apresentam, um dos lados está excluído da lógica de "partes como partes", na designação de Rancière (2018a; 2018b), e a confrontação de seu corpo à materialidade do muro impedindo-o de qualquer movimento é a materialização mais evidente desse consenso litigioso generalizado, uma vez que estabelecido mesmo sob fortes críticas. O movimento, ao contrário da mera mobilidade, pressupõe o

sentir e a emoção, e é condição *sine qua non* para dar ao corpo a conformação sempre inacabada de sua presença e existência modal. Não "contar" a voz e a presença do outro é de princípio a interdição para qualquer confrontação de opiniões diferentes em busca de um acordo, uma vez que não há equilíbrio na balança dos que "contam" para a defesa de ideias e ações conflitantes.

O muro emerge como um obstáculo à subjetivação política na confrontação entre corpos-actantes, essencial para a constituição de uma existência semiótica e do devir inalienável do sujeito na reparação de sua incompletude. A ele não está interdita apenas a mobilidade do corpo físico, mas o movimento em direção à realização de suas buscas, e sobretudo a suspensão da potencialidade de seus anseios. A potencialidade, nessa ocorrência, é concebida tanto em seu caráter de possibilidade (de um poder sim) como de contingência (de um poder não), na perspectiva da discussão da potência do pensamento de Agamben (2015), a ser delineada pelo tornar-se sujeito na interação do corpo com o movimento.

Todas as informações e divergências que a mídia busca desvendar são apreendidas na esfera de um mundo factual, quando "designam, na verdade, entidades inscritas na questão política da partilha do sensível" (Rancière, 2018a, p. 129), não assimiláveis a razões próprias ou consensos negociados, mas que são abordadas pelo jornal com maior ênfase pelos recursos visuais. A reportagem traz no verbal a divergência de vozes de ambos os lados do muro mostrando o caos opinativo que representam (os motes de cada um), e no visual, invariavelmente o recurso a imagens "longform" e 360º, que nos fazem percorrer esteticamente os detalhes do campo que se estende além muro. No uso desses recursos, estão

representados os dois espaços em concomitância, aos quais o usuário sente estar acessando pelo movimento dado ao cursor. Com isso, amplia sua perspectiva, ao mesmo passo que percebe a diferença de condição apresentada de cada parte. Na contramão, portanto, de uma aparente neutralidade obtida pelo jogo de vozes divergentes apresentadas no texto verbal, emerge uma postura mais opinativa nessa aproximação do usuário aos ambientes representados visualmente. Em outros termos, a elipse de um posicionamento mais claro no verbal é preenchida com as distinções expostas pelos recursos oscilantes no trabalho com a imagem, de efeitos axiológicos, por meio dos quais o usuário sente estar se movimentando na estória. O sensível acionado pelo jornal é aquele, por conseguinte, de uma afetação do leitor/espectador em face do que está enunciado, cumprindo com tal procedimento um papel duplo: o da objetividade necessária que lhe é historicamente atribuído, de suprir o leitor de todas as informações e opiniões possíveis para que o mesmo tome sua posição frente às polêmicas, e outro mais recente, formalizado pelos projetos editoriais com toda a clareza na atualidade, embora não seja novo, que é o de criar experiência nos enunciatários. "Experiência" converte-se na palavra-chave do jornalismo contemporâneo e tem sido identificado a dispositivos digitais que atingem o sistema sensorial pelo emprego de ambientes imersivos (jornalismo imersivo, newsgames, imagens 360º, fotos *longforms* verticais ou horizontais que "sangram" as páginas virtuais). Cria-se uma estética do sensível que é de fato, como diz Manovich (2000), uma infoestética, de acordo com uma perspectiva novidadeira e bastante restrita às *start-ups* tecnológicas. Na verdade,

O caráter da combinação de todos esses elementos é próprio a um modo de visibilidade que neutraliza ou acusa a alteridade do estrangeiro.” (p. 129).

/.../ O limiar dessa rejeição não é, claramente, uma questão estatística. /.../ O imigrante de hoje é um operário que perdeu seu segundo nome [trabalhadores imigrantes], que perdeu a forma política desua identidade e de sua alteridade, a forma de uma subjetivação política da conta dos incontados. (Rancière, 2018a, p. 130).

Ao mesmo tempo, reafirma-se a dificuldade jurídica e política de solubilidade de uma situação⁴¹. Fazendo analogia a Didi-Huberman, quando se refere à necessidade de uma visada crítica a toda e qualquer descoberta memorativa, podemos dizer que a ex-posição dos diferentes pontos de vista e do papel vital dos excluídos de um lado do muro, coloca o objeto em seu cenário histórico e midiático, mas não o constitui em seu lugar de existência - " temos de fato o objeto, o documento – mas seu contexto, seu lugar de existência e de possibilidade, não o *temos* como tal. Jamais o tivemos, jamais o teremos. (2010, p. 174-175). Não resta dúvida que nesses casos tanto se atende a uma tendência estética, quanto se visa a fazer sentir pela mobilização do corpo-próprio do usuário a sensação de "estar na pele" de outro. O problema é que nessa lógica confundem-se a atitude crítica e o jogo lúdico que o uso desses recursos proporciona, além da inconveniência do uso de certas próteses tecnológicas imprescindíveis para se chegar aos resultados esperados. A organicidade entre as linguagens, os discursos, os meios agenciados

⁴¹ Não se ignora o papel modal, temático, figurativo, passional e sensível dos sujeitos abordados como vítimas pelo jornal. O uso da voz própria aberto pela mídia (e não apenas da terceira pessoa, como voz delegada ao jornal para representá-los) constitui a possibilidade de uma subjetivação política, assim como os percursos narrativos e as formas expressivas que constroem, a despeito dos riscos enfrentados. Este trabalho, no entanto, concentra o foco na visibilidade que lhes é dada quando são segregados a um espaço de imobilidade e ruptura de seus movimentos e o modo como o discurso da informação vai ou não à raiz desses problemas.

é fundamental para que o valor de artifício do mecanismo seja sobrepujado pelo forte apelo às sensações e à sensibilidade. Estratégias, portanto, que vão além do mero recurso às potencialidades técnicas e dependem da capacidade de seus efeitos estésico-estéticos.

O outro empírico aparece sob a forma de uma ficção que se propõe autobiográfica, expondo igualmente as formas de viver junto, mas a interação entre funcionária e patroa no filme *Roma* é de diferente ordem. O filme é singelo, mas o manejo de composições figurativas e manobras enunciativas vinculadas à dimensão matérica do discurso fazem aflorar o carácter cognitivo sensível do sentido sendo sentido. Ou seja, não se trata de mecanismos da ordem das sensações desencadeadas pelo poder excitante de certas tecnologias, mas seu valor informativo está fortemente impregnado de um efeito experiencial sobre o espectador, tanto pelos afetos que desperta, quanto pela crítica que, astuciosamente, promove, voltada em ricochete ao próprio enunciatário e a seus modos de vida.

Cleo, a personagem que representa a empregada doméstica, trabalha em casa de uma família no bairro Roma, na Cidade do México. Morando na habitação, em cômodo recuado da casa, sua rotina, invariavelmente automatizada, consiste em efetuar as mesmas tarefas diárias que se iniciam com a lavagem da garagem e quintal da casa, sempre suja com excrementos dos dois cães dos proprietários, preparar o café da manhã, arrumar as crianças, ajudar a outra empregada da casa na limpeza geral e na organização das roupas e coisas. Eventualmente sai com a colega de emprego e acaba conhecendo um rapaz por quem nutre afeição e de

quem fica grávida, sendo logo abandonada ao confessar sua condição. Sofre muito, mas oculta a sua dor, mantendo os compromissos e atividades de atendimento costumeiros à família. A narrativa mantém-se recorrente e com ritmo desacelerado. A imagem de abertura do filme é significativa desse efeito de sentido, porque se demora numa sequência em que o ato de lavar o chão do quintal é captado em detalhes e com duração quase irritante, mas mostra a sua pertinência como recurso de apresentação da personagem e de sua vida, quase despercebida pela família, não fosse pelas funções que exerce em proveito das crianças e da casa. O bloqueio entre as pessoas, nesse caso, é abstrato, embora materializado sob diversas figuras: espaços de presença, formas de ação esperadas, relação vertical nas interações e nos modos recíprocos de se verem, além de outras marcas impostas pela condição econômica ou cultural, como roupas, cabelo, pertences, e inclusive gestos e domínio do espaço-tempo vivido. O lugar do sujeito no discurso é aquele do discurso no cenário de outros discursos, dentro de uma lógica policial que estabelece a ordem das coisas, inscrevendo padrões em um patamar distinto e distante daquele vivido pela empregada. Os corpos se encontram face a face, mas um muro imaginário os distancia de uma maneira mais incontornável do que os muros de fronteiras, uma vez que esses podem ser ultrapassados mediante riscos.

Na diferença sócio-econômica exposta em *Roma*, a intransponibilidade se anuncia em vários níveis da estrutura narrativa: pelo quase emudecimento da doméstica, pelo caráter rotineiro, invisível e interminável de suas tarefas, pela relação concessiva com o outro, mas também pelo contexto histórico paralelo das lutas políticas, da violência desigual do corpo a corpo dos estudantes com as forças

armadas nas ruas, em relação às quais a personagem e seu pequeno mundo parecem estar subtraídos. Em dois momentos do filme o afeto entre patroa e empregada se revelam intensos e espontâneos: quando aquela é abandonada pelo marido de forma abrupta e busca acolhimento no abraço da empregada, conjugando-as na dor de uma experiência comum (Cleo também foi rejeitada pelo rapaz com quem saía porque ficou grávida), e no final, quando a doméstica salva o filho menor da família de um afogamento, momento em que a sua valorização é manifesta. O vínculo afetivo nesse caso parece abafar a tensão do desacordo social em prol de uma espécie de acordo emotivo, o qual, mesmo sendo transformador do ponto de vista do sentir, não o é do ponto de vista político no âmbito do enunciado, porque não altera o *status quo* da relação vertical entre ambas. Ao contrário, afirma o caráter de excepcionalidade da situação, que, na ocorrência, é rompido por iniciativa da patroa, a quem compete na lógica da coexistência policial estabelecer as diretrizes de aproximação ou separação dos corpos. Da perspectiva da funcionária, há a consciência de que a mobilidade dos corpos em partilhas de sentimentos não implica qualquer movimento para o seu dever – continua a rotina de empregada a cumprir os deveres e solicitações, sempre disponível a “comandos” tácitos de distanciamento ou aproximação, embora atenta a seus afetos em relação à família.

Ao discutir as relações de alteridade, Landowski (1997) explica que as atitudes de assimilação, que esperam do "estrangeiro" a integração aos costumes do "nós" para que apague seus traços originais, e as de segregação, que eliminam *tout court* a presença daqueles que não fazem parte do comum em nossos

territórios, expõem uma afinidade evidente:

/.../ l'alterité ne peut ici être pensée que comme une différence venue d'ailleurs, et revêtant par nature la forme d'une menace. Assimilation et exclusion ne sont en définitive, on le voit, que les deux faces d'une seule et même réponse à la demande de reconnaissance du dissemblable: Tel que tu es, tu n'a pas ta place parmi nous. (p. 23).

Trata-se, em ambos os casos, também de uma violência, no sentido da dominância tácita de um corpo sobre outro (Gumbrecht, 2004; 2010) impedindo o devir de seu próprio movimento.

Discutindo as estratégias e seus efeitos sobre o sentir

Se considerarmos as figuras da corporalidade e seus movimentos figurativos postulados por Fontanille (2016), quais sejam, o corpo como superfície de inscrições, como *locus* de agitações internas, como actante-dêitico que desenvolve deslocamentos no mundo e matéria sensório-motora em que se manifestam as moções íntimas, é possível afirmar que a ação desses sujeitos aqui estudados encontram obstáculos decisivos para a subjetivação política que permite construir suas identidades. O bloqueio desses movimentos (no sentido de sua própria rotatividade e não no encadeamento sintático de suas trajetórias) impede ou neutraliza a inscrição do corpo como contável, retira-o de sua possibilidade de deslocamento, tenta domesticar as manifestações de sua materialidade, pela desvalorização ou proibição de seus signos gestuais e de sua sensualidade estética, é indiferente às suas agitações internas, a seus espasmos vitais em face da busca de uma vida melhor ou uma sobrevivida.

Nos espaços divididos pelo muro, anula-se não só a visibilidade do corpo do outro, mas também de seus rastros de inscrição. Impede-se ou tenta se impedir o

devir histórico do sujeito que traça sua própria narrativa. Na ficção (autobiográfica) exposta pelo filme, o bloqueio é de outra ordem: ele se revela no corpo silencioso, quase autômato no cumprimento de sua rotina, na invisibilidade mesma da moça como um corpo de sentimentos e desejos, na domesticidade dos afetos. Evidencia-se igualmente na afeição contida dos padrões, no extravasamento a que se "permite" a patroa em situações de crise, mas liberado espontaneamente no carinho das crianças.

A violência nesse caso não aparece de forma brutal, ela se insinua como um processo naturalizado em que o afeto ainda é possível, a despeito da dominação de corpos que "existem" sobre corpos que "não existem". Tanto ao sujeito confinado a um lado do muro, quanto à doméstica indígena que conjuga o mesmo espaço físico da família, no entanto, parece só lhes restar "uma identidade sociológica, a qual então tomba na nudez antropológica de uma raça e de uma pele diferentes". (Rancièrè, 2018a, p. 130).

A enunciação do filme traz à tona tal problema sem o tom da indignação ou da revolta, e sim no âmbito de um descortinamento da contingência da ordem social. Se há uma crítica, essa se esparrama na forma do afeto, de uma mistura de amor e dor que a-feta a todos nós, enunciatários convocados a ler nas entrelinhas o que está além de uma memória de partes da vida em família. Vem em primeiro plano o contável da empregada índia, como protagonista não do filme, mas da desvelação desses incontáveis numa lógica naturalizada de funções e apegos que se não é questionada no enunciado, pela voz mesma da personagem, o é no contexto da enunciação pelo impacto do reconhecimento de nossas formas de vida.

Vê-se assim que o filme, em sua capacidade enunciativa, expõe uma condição de dissenso na distribuição dos corpos e da capacidade de fala, mas o faz inscrevendo o desentendimento como a condição política e estética que permite enfim uma heterogeneidade igualitária suscetível de pôr em xeque qualquer interpretação piegas de um comum de uma comunidade harmônica.

Considerações reflexivas

Insistimos conclusivamente que não se trata aqui de opor duas formas de manifestação discursiva, como se todo filme tivesse essa efetividade estética e toda reportagem multimidiática uma resultante de ordem mais sensorial. Ao contrário, o que pretendemos enfatizar é a relevância dos modos de figurar e as escolhas enunciativas para a efetividade do fazer sentir. Obviamente, as injunções das modalidades discursivas desenhadas pela tradição são importantes em face das expectativas do público, como se o documental e o estético estivessem separados. Equívoco inevitável, porém nada justificável quando se considera o caráter criativo das linguagens e dos meios. A liberdade expressiva do ficcional não é mais facilitadora para o ato criativo do que a suposta objetividade informativa, porque ambas se constituem igualmente como tessituras de um sujeito entreamando discursos e visando a vínculos interacionais nos quais os fatos da realidade só podem se manifestar sob a forma de um parecer verdadeiro. Deve-se levar em conta ainda que o filme também está premido pelo apelo sensorial da "última geração" das tecnologias da informação e da comunicação. No entanto, o filme de Cuarón é filmado em p/b, remete a uma memória afetiva que é colocada como autobiográfica, tem o ritmo desacelerado de produções mais antigas, trabalha com

atores desconhecidos, e consegue impor-se no cenário das grandes produções internacionais, sobretudo norte-americanas. Tem o mérito de agitar o espectador pelo ar de familiaridade que evoca, ao mesmo tempo como experiência do singelo, ao mesmo tempo pelo desconforto que provoca ao agarrar o espectador em sua armadilha de trazê-lo para dentro da cena desvelando as estruturas consensuais nas quais este se abriga para agir no mundo. Fazer sentir o sofrimento de outrem e reconhecer a falsa consensualidade da divisão dos sujeitos nas sociedades atuais dependem essencialmente da compreensão como política e estética se vinculam (Parret, 1997) para começar a compreender e discutir os conflitos humanos da coexistência dos diversos.

Referências

- Agamben, G. *A potência do pensamento: ensaios e conferências*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.
- Arendt, H. (1997). *¿Qué es la Política?* Barcelona, España: Ediciones Paidós / I.C.E. de la Universidad Autónoma de Barcelona.
- Benveniste, É. (1991). Da subjetividade na linguagem. In: *Problemas de Lingüística Geral I*. São Paulo: Pontes.
- Benveniste, É. (1966). *Problèmes de linguistique générale*. Paris: Gallimard.
- Cabrera, J. (2010). Visión de la política en Hannah Arendt. In: *Frónesis*. Caracas, Venezuela: Facultad de Ciencias Jurídicas y Políticas Universidad del Zulia Maracaibo-Venezuela, 17 (2). Recupebrado de http://ve.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1315-62682010000200006
- Cuarón, A. (Direção). (2018). *Roma*. [Película]. México.
- Didi-Huberman, G. (2010). *O que vemos, o que nos olha*. São Paulo: Editora 34.
- Gumbrecht, H. (2004). *Production of presence. What meaning cannot convey*. Stanford: Stanford University Pres.
- Gumbrecht, H. (2010). *Produção de presença: o que o sentido não pode transmitir*. Rio de Janeiro: Contraponto/ Editora PUC-RIO, 2010.
- Fontanille, J. (2015). *Formes de vie*. Liège, Bélgica: Presses Universitaires de Liège.
- Fontanille, J. (2016). *Corpo e sentido*. Londrina: Eduel; Paris: Presses Universitaires de France.
- Landowski, E. (1997). *Présences de l'autre*. Paris: PUF.
- Manovich, L. (2000). *The language of new media*. Cambridge/Londres: MIT Press.
- Parret, H. (1997). *A estética da comunicação: além da pragmática*. Campinas, SP: Editora da Unicamp.
- Rancière, J. (2005). *A partilha do sensível: estética e política*. São Paulo: EXO Experimental org./Ed. 34.
- Rancière, J. (2018a). *O desentendimento: política e filosofia*. São Paulo: Editora 34.

Ranci re, J. (2018b). *Cr nicas de los tiempos consensuales*. Ciudad Aut noma de Buenos Aires: Waldhuter Editores.

Marques,  ., e Martino, L. M. (2019). O enquadramento do intolerável na imagem.

In: *Imagens e alteridades*. Belo Horizonte, Minas Gerais: Selo

PPGCOM/UFMG. Recuperado de

<https://seloppgcom.fafich.ufmg.br/novo/publicacao/afetos/>